



**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**PARECER JURÍDICO – MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO**

**ASSUNTO:** Análise Minuta do Edital Pregão Eletrônico, nº 9-041/2020.

**INTERESSADO:** Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desenvolvimento Social.

Vistos e analisados;

O presente parecer se refere à análise da minuta do Edital de Licitação, modalidade Pregão Eletrônico, processada sob o nº 9-041/2020, cujo órgão interessado é a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desenvolvimento Social, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA DESINFECÇÃO POR RADIAÇÃO ULTRAVIOLETA PARA COMBATE AO COVID-19 NAS UNIDADES DE ENSINO DE BARCARENA/PA**, conforme termo de referência e demais anexos constantes na minuta.

Importante ressaltar, primeiramente, que a modalidade licitatória sugerida na Minuta se mostra adequada ao objeto licitado em todos os seus termos, posto que se trata da contratação de um serviço comum, classificado como aquele cujos padrões de quantidade e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei 10.520/2002.

Neste diapasão, Hely Lopes Meirelles dissertou:

“O que caracteriza bens e serviços como comuns é sua padronização, ou seja, a possibilidade de substituição de uns por outros, mantendo-se o mesmo padrão de qualidade e eficiência. Isto afasta, por exemplo, a contratação de serviços de Engenharia por meio de pregão e todos aqueles que devam ser objeto de licitação nas modalidades de melhor técnica ou de técnica e preço. Isto porque, no Pregão o que é levado em consideração é o fator preço e não o fator técnico”. (MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 29. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2004, p. 266).

Outrossim, vale destacar que o pregão em epígrafe está fundamentado na Lei nº 13.979/2020, com as devidas alterações realizadas pela MP nº 926/2020, a qual dispõe sobre as medidas que poderão ser adotadas com a finalidade de enfrentar as emergências de saúde pública decorrente do novo coronavírus (COVID-19) e estabelece a possibilidade de realizar pregão, tanto presencial, como eletrônico, de maneira mais célere, com a redução de prazos pela metade.

Isto posto, observada a fase interna da presente licitação, consoante as determinações contidas no art. 4º-G e ss. da referida Lei nº 13.979/2020, verificou-se



## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

que todos os atos correram nos mais estritos moldes da legislação, haja vista que houve a redução dos prazos nos termos da Lei, bem como a autoridade competente justificou adequadamente a necessidade e a emergência da contratação, que tem como objetivo, evitar a maior disseminação do vírus, resguardando, assim, a vida e a saúde de funcionários, servidores e alunos das instituições de ensino público de Barcarena/PA.

Além disso, restou definido o objeto da licitação, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, com a fixação dos prazos para o fornecimento, estando, portanto, a presente minuta de edital perfeitamente ajustada às regras exaradas pela Lei 8.666/93, Lei nº 10.520/02 e Lei nº 13.979/2020.

Importante registrar, ainda, que a definição do objeto no edital está precisa, suficiente e clara, sendo que os seus elementos indispensáveis estão devidamente especificados no termo de referência e no respectivo orçamento, considerando os preços praticados no mercado, a descrição dos métodos, a estratégia de suprimento e o prazo de execução do contrato, conforme determina o Decreto nº 3.555/2000.

Ademais, a minuta revela que o Edital traz condições de igualdade aos interessados no certame, demonstrando respeito, dentre outros, aos Princípios constitucionais da Igualdade de oportunidades e da Legalidade.

Assim, em razão da minuta de edital do processo licitatório em epígrafe estar inteiramente de acordo com as determinações legais para realização da sessão pública de abertura do certame, deve-se realizar a publicação do ato convocatório do Pregão Eletrônico nº 9-041/2020, para que haja o comparecimento dos interessados, consoante disposto no art. 4º da Lei 10.520/2002.

Desta forma, restou comprovado, pela análise detida da presente minuta do edital, que a mesma está revestida de todos os requisitos exigidos pela Lei nº 8.666/93, Lei 10.520/2002 e Lei nº 13.979/2020, bem como demais legislações correlatas, razão pela qual, **OPINO FAVORAVELMENTE** ao prosseguimento da Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, processada sob o nº 9-041/2020, considerando que a Minuta do Edital se mostra apta à publicação (extrato), cumprindo exigência do art. 4, I a XIII, da Lei nº 10.520/2002, bem como, seus respectivos anexos.

É o Parecer.

Barcarena – Pará, 24 de julho de 2020

  
**JOSÉ QUINTINO DE CASTRO LEÃO JÚNIOR**  
Procurador Geral  
Decreto nº. 0061/2017-GPMB